

# ARQUIPÉLAGOS EM DIÁLOGO

VI

SEMINÁRIO AEAULP



U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA  
LISBON SCHOOL OF ARCHITECTURE  
UNIVERSIDADE DE LISBOA



CIAUD  
Centro de Investigação  
em Arquitetura  
Urbanismo e Design

fct

Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia



FACULDADE DE ARQUITECTURA E ARTES  
DA UNIVERSIDADE LISBOA DE LISBOA



UniPiaget  
de Cabo Verde



COMDES  
INSTITUTO  
DE COOPERAÇÃO  
E DA LINGUA  
PORTUGAL

HELPA

Centro de Estudos de  
Língua Portuguesa

AIPC

Associação  
de Investigação  
em Portugal  
Cabo Verde



## **LIVRO DE ATAS DO VI SEMINÁRIO DA AEAULP**

### **TÍTULO**

ARQUIPÉLAGOS EM DIÁLOGO

### **EDITORIA**

Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa

### **EDIÇÃO**

Pedro Rodrigues, Ljiljana Čavić, Hugo L. Farias

### **COMISSÃO ORGANIZADORA**

Pedro Rodrigues (coord.), Ljiljana Čavić (coord.cient.), Alessia Allegri, Ana Magalhães, Ana Paula Gurgel, Angélica Benatti Alvim, Álvaro Puntoni, Caio Frederico e Silva, Eduarda Lobato Faria, Fernando Hipólito, Gertrudes Silva Oliveira, Gleice Elali, Helena Botelho, Hugo Farias, Inês Teixeira Alves, João Rafael, Joana Malheiro, Joanita Cristina Rodrigues, Manuela Fonte, Maria Elisabete Orrico de Pina, Sérgio Fernandes e Stefanos Antonionis.

### **DESIGN DE IMAGEM**

Maria Resende

### **PAGINAÇÃO**

Carolina Freitas

ISBN: 978-989-53462-7-1

**Lisboa, 2026**

## COMISSÃO CIENTÍFICA

Adalberto Heck - UNISINOS São Leopoldo  
Alessandra Gobbi - UNISC  
Alessia Allegri - FA ULisboa  
Ana Beja da Costa - FA ULisboa  
Alvaro Puntoni - FAU-USP  
Ana Carolina Correia Lima - Universidade de Brasília  
Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro - FAU-USP  
Ana Gabriela Godinho Lima - FAU - Mackenzie  
Ana Magalhães - CITAD Universidade Lusíada  
Ana Marta Feliciano - FA ULisboa  
Ana Paula Borghi - Universidade de Brasília  
Ana Vaz Milheiro - FA ULisboa  
Ana Vasconcelos - FA ULisboa  
Andréa de Lacerda Pessôa Borde - FAU - UFRJ  
Andrea Queiroz Rego - FAU - UFRJ  
Ângela Mingas - UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA (ULL)  
Angélica Benatti Alvim - FAU - Mackenzie  
António Leite - FA ULisboa  
Bruno Acácio Ferreira Figueiredo - EAAD, Universidade do Minho  
Caio Silva - Universidade de Brasília  
Carlos Dias Coelho - FA ULisboa  
Carlos Lampreia - CITAD Universidade Lusíada  
Carlos Nuno Lacerda Lopes - Universidade do Porto  
Celia Regina Meirelles - FAU - Mackenzie  
Cesar Shundi Iwamizu - FAU-USP  
Clara Germanes Gonçalves - FA ULisboa  
Claudino Borges - UniPiaget, Cabo Verde  
Cristina Cavaco - FA ULisboa  
Cristina Henriques - FA ULisboa  
Débora Becker - UNISINOS Porto Alegre  
Deborah Macedo dos Santos - Universidade Federal do Cariri  
Domingos Augusto Macucule - FAPF UEM  
Edson Mahfuz - UFRGS  
Eduarda Lobato Faria - FA ULisboa  
Eunice Helena Abascal - FAU - Mackenzie  
Fernando Hipólito - FAA ULL  
Filipa Serpa - FA ULisboa  
Francisco Oliveira - FA ULisboa  
Gertrudes Silva Oliveira - UniPiaget, Cabo Verde  
Giuliana de Brito Sousa - Universidade Federal do Tocantins  
Gleice Elali - UFRN  
Gustavo Orlando Fudaba Curcio - FAU-USP  
Helena Botelho - FAA ULL  
Hugo Farias - FA ULisboa  
Iazana Guizzo - FAU - UFRJ  
Inês Teixeira Alves - UniPiaget, Cabo Verde  
Ivo Pereira Oliveira - EAAD, Universidade do Minho  
Jeferson Tavares - IAU USP  
Joana Malheiro - FA ULisboa  
João Mendes Ribeiro - DA UCoimbra  
João Miguel Couto Duarte - CITAD / Universidade Lusíada  
João Paulo Cabeleira Marques Coelho - EAAD, Universidade do Minho  
João Pedro Costa - FA ULisboa

João Rafael - FA ULisboa  
João Tique - FAPF UEM  
Jonathas Magalhães Silva - PUC-Campinas  
Jorge Cruz Pinto - FA ULisboa  
Jorge Figueira - DA UCoimbra  
Jorge Mealha - FA ULisboa  
Jorge Nunes - FA ULisboa  
Jorge Spencer - FA ULisboa  
José Luís Saldanha - ISCTE-IUL  
José Miguel Rodrigues - Universidade do Porto (UP)  
José Nuno Beirão - FA ULisboa  
Juan José Mascaró - UPF  
Judite Medina Nascimento - Uni-CV / FCT  
Juliana Andrade Borges de Sousa - Universidade de Brasília  
Luís Antônio Jorge - FAU-USP  
Luis Lage - FAPF UEM  
Luís Miguel Gomes - ISCTE-IUL  
Luísa Sol - FA ULisboa  
Luiz Carlos Schneider - UNISC  
Luiz Guilherme Rivera de Castro - FAU - Mackenzie  
Manuela Fonte - FA ULisboa  
Maria Alice Medeiros - PUC / RS  
Maria Cristina da Silva Schicchi - PUC-Campinas  
Maria de Lourdes Zuquim - FAU-USP  
Maria João Moreira Soares - CITAD / Universidade Lusíada  
Marianna Boghosian Al Assal - Escola da Cidade  
Margarida Louro - FA ULisboa  
Marta Sequeira - ISCTE-IUL  
Miguel Amado - Técnico ULisboa  
Mónica Pacheco - ISCTE-IUL  
Niuxa Dias Drago - FAU - UFRJ  
Nuno Mateus - FA ULisboa  
Paula André - ISCTE-IUL  
Paulo Almeida - FA ULisboa  
Paulo Emílio Buarque Ferreira - FAU-USP  
Paulo Jorge Sousa Cruz - EAAD, Universidade do Minho  
Paulo Tormenta Pinto - ISCTE-IUL  
Patrícia Samora - PUC-Campinas  
Pedro Gaspar - FA ULisboa  
Pedro Luz Pinto - ISCTE-IUL  
Pedro Ravara - FA ULisboa  
Pedro Rodrigues - FA ULisboa  
Ricardo Zúquete - FAA ULL  
Rita Ochoa - FA ULisboa  
Rogério Vieira de Almeida - DINÂMIA'CET-Iscte  
Sergio Fernandes - FA ULisboa  
Sergio Marques - UFRGS  
Sergio Moraes Rego Fagerlande - FAU - UFRJ  
Sergio Proença - FA ULisboa  
Stefanos Antonionis - FA ULisboa  
Susana Matos - UNIVERSIDADE LUSÍADA DE ANGOLA (ULL)  
Tatiana Sakurai - FAU-USP  
Teresa Cálix - CEAU-FAUP  
Teresa Madeira da Silva - ISCTE-IUL  
Teresa Marat-Mendes - ISCTE-IUL

Teresa Rodeia - ISCTE-IUL  
Thiago Montenegro Goes - Universidade Federal de Goiás  
Túlio Tibúrcio - Universidade Federal de Viçosa  
Viviane Manzione Rubio - FAU - Mackenzie  
Włodzimierz Szymaniak - UniPiaget, Cabo Verde

ARQUIPÉLAGOS EM DIÁLOGO

Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa

VI Seminário Internacional AEAULP

Cidade da Praia, Cabo Verde

2 a 5 de dezembro de 2025

## TEMAS DO SEMINÁRIO

### 1. TURISMO, RECURSOS E PAISAGEM

22   EQUIPAMENTO EDUCATIVO E CULTURAL COMO VETOR DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO IDENTITÁRIA - O Caso do Projeto “Castelos Do Sal” em Santa Maria, Ilha Do Sal em Cabo Verde   Rita Lopes; Francisco Oliveira & Margarida Louro .....	1
24   DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DA COMPONENTE CULTURAL NOS ROTEIROS TURÍSTICOS DA SERRA DO ITAQUERI (BRASIL)   Camila Cristina Piccoli Campoy & Maria Cristina Da Silva Schicchi .....	15
41   A PAISAGEM DO PATRIMÔNIO COMO RECURSO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E TURÍSTICO: o caso da área central urbana de Rio Pardo – RS.   Luiz Carlos Schneider; Mariana Kaufmann da Rosa & Vera Lucia Schultze.....	32
122   Planeamento Urbano e Mobilidade Sustentável em Cidades Costeiras: impactos da elevação do nível do mar e estratégias de adaptação na cidade da Praia, Cabo Verde   Fernanda Caroline Magalhães; Lucas Assis; Sofia Grave Ferreira; Miguel Amado & Inês Flores-Colen .....	41
142   DO ARQUIPÉLAGO AO CONTINENTE - Traços da trajetória colonial açoriana no sul do Brasil   Roni Anzolch.....	50
165   REVALORIZAÇÃO DA SERRA MALAGUETA, EM CABO VERDE - Proposta de Equipamento de Investigação d Preservação da Natureza para o Desenvolvimento da Comunidade   Anibela Gonçalves; Daniel Jesus & Ana Beja Da Costa .....	62

### 3. JUSTIÇA ESPACIAL, HABITAT E DIREITO À CIDADE

23   ESPAÇOS ESCOLARES E DEMOCRACIA - desenvolvimento de parâmetros de análise para avaliação do pré-projeto e do projeto de arquitetura   Cássio Carvalho; Pedro Rodrigues & Alexandra Alegre .....	98
28   Análise da Acessibilidade a Estabelecimentos de Saúde em São Vicente, Cabo Verde   Lucas Assis; Miguel Amado & Paulo Cesar Segantine .....	110
29   Desejo de distanciamento e distinção, condomínios como negação do direito à cidade no Rio de Janeiro   Fernanda Sánchez; Luíza Braga & Camila Gavazzi .....	119
36   A CIDADE INVISÍVEL - O caso de Lagos, Portugal   Pedro Belo Ravara & Catarina Todorovic Caldeira..	130
85   A INFLUÊNCIA DOS ESPAÇOS PRIVADOS NA HABITABILIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO EM CENÁRIOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS   Juliana Silva Almeida Santos; Victor Moura Bussolotti; Cristina Engel De Alvarez & Miguel Amado .....	142
90   ADEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: as SbN como estratégias para a redução da condição de exposição dos idosos a temperaturas extremas   Izabela Uliana Pellegrini; Renata Cerqueira Salvalaio; Cristina Engel De Alvarez & Miguel José Das Neves Pires Amado .....	154
103   A ARQUITETURA E A (RE)INVENÇÃO DO LUGAR NA CIDADE DE TERESINA-PIAUÍ-BRASIL (1852-2000): Tempo, Contexto e Identidade   Eduardo Aguiar Bezerra & Hugo Farias .....	164
134   HABITAÇÃO ACESSÍVEL EM PAÍSES LUSÓFONOS: Um Estudo Comparativo de Políticas e o Potencial da Micro-Habitação   Lidiane Batista & Hugo Farias .....	178

141   Habitação em crise. Que possibilidades para uma prática política no campo da arquitetura e urbanismo na AML?   Andréa Arruda & Rosa Arma.....	192
161   José Forjaz, um caso para estudar e pensar   Jorge Figueira.....	202
167   DIÁLOGOS ENTRE PORTUGAL E BRASIL ATRAVÉS DE CORREDORES SAUDÁVEIS: metodologias de ensino do projeto participado para uma formação social do arquiteto   Gonçalo Canto Moniz; José Clewton Nascimento; Eunádia Cavalcante & Bernardo Soares .....	211
169   PERSPECTIVA COMPARADA ENTRE POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL E EM MOÇAMBIQUE: UMA REVISÃO CRÍTICA   Elisa Atália Daniel Muianga & Lucas Melchiori Pereira .....	224
174   EVALUATING ENERGY CONSUMPTION IN PUBLIC HOUSING: THE “FIM DO MUNDO” CASE IN CASCAIS   Sara Mota Carmo.....	235

#### **4. CONTAMINAÇÕES E TRANSVERSALIDADES**

6   OS FUNDAMENTOS DA ARQUITETURA DE JAIME LERNER   Renato Leão Rego; Gabriella Ribeiro Screpanti & Vitória Maria Mesquita Martins.....	249
87   JOÃO ANTÓNIO AGUIAR E O PROJECTO DA CIDADE EM CABO VERDE   Gilberto Duarte Carlos & Sérgio Padrão Fernandes.....	260
98   ÁLVARO SIZA E A ARQUITECTURA DOS SEUS LUGARES - Reflexos sobre a cidade velha   Carlos Lampreia.....	279
126   COMO IDEIAS FORA DO LUGAR - Des-cobrimo a arquitetura popular brasileira   Raquel Elizabeth Byrro Oliveira & Claudia Dos Reis E Cunha.....	289
146   A ARQUITECTA MILANKA LIMA GOMES NA GUINÉ-BISSAU: Da cooperação internacional às “brigadas” técnicas e de construção   Francesca Vita & Leonor Matos Silva.....	301

#### **5. PATRIMÓNIO, LUGAR E MEMÓRIA**

8   OS TEMPOS E OS LUGARES DE UMA CIDADE; Uma reflexão sobre as ‘minhas Lisboas’ identitárias   António Santos Leite .....	314
16   O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA COMUM PARA A DIDÁTICA E INVESTIGAÇÃO INTERNACIONAL EM ARQUITETURA - Um caso emblemático entre os vários que estão a ocorrer na EAAD da Uminho   Vincenzo Riso & Cláudia Cicolatti Ribeiro .....	323
26   FOTOGRAFIAS E MEMÓRIAS - Fragmentos históricos da habitação urbana em juazeiro do norte (CE)   Tamires Oliveira Cabral; Ana Paula Campos Gurgel & Pedro Rodrigues.....	335
27   PATRIMÓNIO E ARQUITETURA NOS LUGARES DA MEMÓRIA EM CABO VERDE - A influência das Casas Grandes no desenvolvimento das urbes históricas nas cidades rurais da Ilha de Santiago   Claudino Borges.....	352
34   SIZA EM SANTIAGO, MIMÉISIS E NEGAÇÃO   Joana Couceiro & José Miguel Rodrigues.....	363

35   NARRATIVAS DE UMA ARQUITETURA LUSÓFUNA DESTINADA A CABO VERDE   Joana Bastos Malheiro .....	378
43   O HOSPÍCIO EM PALAVRA - O Engenho de Dentro nos diários de Maura Lopes Cançado e Torquato Pereira de Araújo Neto   Beatriz Fernandez Vaz Oliveira .....	407
51   ARQUITECTURA VERNÁCULA TRADICIONAL NO BRASIL COLONIAL EM PARATY   Monica Kalman & Pedro Abreu .....	417
82   CIDADES IMAGINADAS EM CABO VERDE NO ÚLTIMO FÔLEGO DO IMPÉRIO   Sérgio Padrão Fernandes & Gilberto Duarte Carlos .....	432
100   EDIFÍCIO BANCO ESTADO DE SÃO PAULO - Pioneirismo, particularidades locais e as miradas para “fora”   Silvia Wolff.....	448
114   REFORMAS MODERNAS, SOTAQUE BRASILEIRO   Marina Schuler Bonzanini Da Luz & Guilherme Osterkamp .....	466
120   CONHECER OS TRABALHADORES E OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO ATRAVÉS DE REGISTOS FOTOGRÁFICOS DE OBRAS EM MACAU (1938-1973)   Ana Vaz Milheiro.....	474
123   O URBANISMO COMO LEGITIMAÇÃO DO PODER POLÍTICO - uma análise comparativa morfológica entre as reformas de Sisto V e Mussolini   João Victor Ferreira Batista & Ana Paula Campos Gurgel .....	483
133   CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NA APRENDIZAGEM EM ALVENARIA na Escola de Ofícios Tradicionais de Mariana   Clara Gonzaga Garcia.....	498
138   UM LEGADO AFRICANO DAS CIDADES: A Presença dos Símbolos Adinkras na Cidade do Rio de Janeiro   Rui Rosa Dias de Jesus .....	507
140   O RESGATE DOCUMENTAL COMO INSTRUMENTO DE MEMÓRIA DO PATRIMÔNIO: o Caso da Vila Planalto em Brasília   Hiago Lacerda da Silva; Ana Paula Gurgel; Beatriz Garcia Aio & Sabryna da Silva Pereira .....	522
149   AS CIDADES ESQUECIDAS DE BRASÍLIA E A VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA URBANA   Clara Gontijo Salomão Vicente.....	534
172   PATRIMÓNIO LUGAR E MEMÓRIA   João Sousa Morais .....	546
 <b>6. TEORIA, CRÍTICA E LINGUAGEM</b>	
53   A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES ARQUITETÓNICAS A PARTIR DA LINGUAGEM NO BAILUNDO - Diálogos Pós-coloniais em Angola   Yolana Lemos .....	579
65   RETRATOS ESCRITOS - Olhares portugueses sobre a arquitectura do Japão   João Miguel Couto Duarte & Maria João Moreira Soares .....	593
70   DISCURSOS CONSTRUÍDOS: António Ferro e a construção de uma ideia de arquitectura no Estado Novo   Luís Cunha Jorge & Pedro Gomes Januário .....	602
86   A ARQUITETURA COMO DISCURSO - palavra e pensamento de Paulo Mendes da Rocha   João Yamamoto & Luís António Jorge .....	611

116   UM ESTUDO TIPOLÓGICO DAS IGREJAS SETECENTISTAS, CONSTRUÍDAS AO LONGO DA ANTIGA ESTRADA DA BOIADA E NOVA ESTRADA DA BOIADA, NO SERTÃO NORDESTINO BRASILEIRO   Taise Costa De Farias & Pedro Marques Abreu .....	623
119   DO DISCURSO À MATÉRIA - As palavras na construção da cidade   Renata Neves .....	633
125   RESSONÂNCIAS ESPACIO-TEMPORAIS - Corpo no Espaço, Espaço no Corpo   António Oliveira.....	647
139   A CASA COMO GESTO - a arquitectura e a filosofia em diálogo   Luís Carlos Bucha .....	657
178   DIÁLOGOS NA PRAIA - As Piscinas das Marés de Álvaro Siza   Ana Vasconcelos .....	668

## 7. MATERIALIDADE, CONSTRUÇÃO E REUTILIZAÇÃO

14   HOSTEL CAIXEIRAL - Uma proposta de reutilização de um edifício histórico em Crato, Ceará, Brasil   Ravena Reis Araújo & Giovanna Garcêz Freire .....	680
25   FROM LINEAR TO CIRCULAR: Understanding the Construction Sector's Transition in Madeira   Isabel Duarte de Almeida & Maria João Delgado.....	692
152   FUNDAÇÃO DINO D'SANTIAGO - Um exercício de Arquitetura Sustentável e Identitária   Helena Botelho & Fernando Hipólito.....	706

## 8. CASA, ESPAÇOS COMUNS E ESPAÇO PÚBLICO

7   A CASA E A 'NOSSA CIDADE': Inter-Relações de dois Lugares de Identidade   António Santos Leite & Ana Marta Feliciano .....	715
20   CASA-ÓRTESE - Estratégias de habitabilidade para o <i>Ageing In Place</i> no Brasil de 2025   Patricia Simone Bastos Belletato & Pedro Rodrigues .....	724
31   THE RESIDENTIAL UNIT OF RAMALDE BY FERNANDO TÁVORA AND THE NEW SPORTS PARK   Paulo Tormenta Pinto.....	742
47   INDICADORES DE HABITABILIDADE NA AVALIAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS   Gleice Azambuja Elali.....	755
48   INFLUÊNCIAS CULTURAIS NA AMBIÊNCIA E NO COMPORTAMENTO SOCIOESPACIAL: UM ESTUDO BASEADO NA OCUPAÇÃO DE ÁREAS LIVRES EM LOCAIS DE MORADIA   Gleice Azambuja Elali.....	767
54   ENTRE PALAVRAS E PAREDES - A Expressão da Cultura no Espaço Habitado   Ana Moreira & Hugo Farias .....	779
55   HABITANDO BRASÍLIA - A Moradia Contemporânea nas 700 Sul a partir da Sintaxe Espacial   Mell Garcia Miranda; Sarah Bezerra Barbosa & Ana Paula Campos Gurgel.....	793
72   ENTRE ESPAÇOS PRIVADOS, ESPAÇOS COLETIVOS E A CIDADE: Uma Análise Comparativa entre Condomínios Clube em Lisboa e Maceió   Bárbara Lopes; Hugo Farias & Morgana Cavalcante .....	806
81   CIDADE REPETIDA, MEMÓRIA INTERROMPIDA: A identidade arquitetônica em suspenso nos Edifícios de Apartamentos Multifamiliares Isolados em Teresina, Piauí, Brasil (1969–2024)   José Ricardo F. Dias & Hugo L. Farias .....	822

91   OS <i>MODOS DE (CO)EXISTÊNCIA</i> NA PAISAGEM DO VINHO DA ILHA DO PICO: a configuração do aglomerado rural, do espaço público ao doméstico   Ana Laura Vasconcelos; Isabel Soares de Albergaria; Marta Labastida & Teresa Calix .....	836
105   TORRE PLURALISTA SÃO PAULO - UM IMPORTANTE PROJETO HABITACIONAL NÃO CONSTRUÍDO DO BRASIL PARA O MUNDO   Arthur J. de Macedo & Hugo L. Farias .....	851
108   ESPAÇO ENTRE OS EDIFÍCIOS: A CONFIGURAÇÃO FÍSICA DE ESPAÇOS EXTERNOS COMUNS EM ÁREAS RESIDENCIAIS   Alessandra Gobbi Santos & Thatiane Carvalho Rocha .....	863
128   BAIRRO A BEIRA DA ESTRADA: relações morfológicas da noção de vizinhança e elementos infraestruturais no nordeste brasileiro   Raoni Muniz & João Silva Leite.....	875
179   HABITAÇÃO COLABORATIVA - Alternativa Habitacional para os mais velhos?   Patrícia Matias & Carolina Freitas .....	887

## **9. CIDADE E TERRITÓRIO, (IN)FORMALIDADES E TEMPORALIDADES**

11   (RE)HABITAR O INTERIOR DE PORTUGAL - O trabalho remoto e uma nova condição habitacional   Alana Perdigão & Margarida Louro .....	901
17   CASAS FLUTUANTES DE MANAUS - Sustentabilidade, Identidade e Inovação Tecnológica   Ângela Braga; Carlos Alho & António Leite .....	914
38   A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DE CABO VERDE – DIÁLOGOS ENTRE ILHAS - As facetas invisíveis da ocupação do interior   Fernando Pires.....	930
80   PESQUISANDO A EVOLUÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE CARIACICA (ES, BRASIL) UTILIZANDO GEOTECNOLOGIAS - estudo multitemporal dos anos 1970 a 2024   Lyvia Fialho Soares de Moraes & Valério Augusto Soares de Medeiros .....	942
112   BRASIL E PORTUGAL: TRÊS ESPAÇOS PÚBLICOS EM TRÊS SÉCULOS   Maria Isabel Villac; Fernanda M. O. Araújo & Liliane C. S. Camargo .....	958
117   TIJUCA E BARRA DA TIJUCA (RJ, BRASIL) - Um nome, duas identidades   Pamela José de Almeida Cravo.....	972
118   O MOVIMENTO AO LONGO DO TEMPO E DA POEIRA: Formação e configurações de deslocamento informal em Samambaia, Brasília   Vinícius Alves Euzébio & Ana Paula Campos Gurgel.....	983
162   PLANO DIRETOR DO CAMPUS UNB PLANALTINA - Preservação e Sustentabilidade   Caio Frederico e Silva; Ana Carolina Cordeiro Correia Lima; Valmor Cerqueira Pazos & Rômulo José da Costa Ribeiro.....	999
164   DO IMPROVISO À CIDADE - Ensaio Urbano no Bairro de Simão Ribeiro, Cidade da Praia   Jason Silva; Alessia Allegri & Wim Wambecq.....	1010

## **10. FUTURO DO ENSINO E APRENDIZAGEM EM ARQUITETURA E URBANISMO**

2   NUMA PERSPETIVA DE CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE FLEXIEXISTENCIALISTA; o futuro do ensino e aprendizagem da arquitetura, numa sociedade global de centralidades e periferias, de diferentes geografias   Mário João Alves Chaves .....	1025
--	------

9   O ENSINO EM ARQUITECTURA DA FAUL; contextualização e novas perspectivas pedagógicas   Ana Marta Feliciano & António Santos Leite .....	1041
15   FUNDAMENTOS PARA UM ENSINO DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO CULTURAL   Flavio de Lemos Carsalade.....	1051
33   ENTRELINHAS OU ARQUITETURAS IMAGINADAS   Ana Paula Rainha & Ana Bordalo.....	1059
73   “PEDAGOGIA DO ERRO” E RE-CONEXÕES EM ATELIÊS DE PROJETO   Paulo Emilio Buarque Ferreira .....	1069
76   APRENDENDO em diálogo: a discussão, a participação e a ação coletiva na prática pedagógica   Ana Silva Fernandes.....	1076
77   JOGO E ARQUITETURA: Práticas Lúdicas de Ensino-Aprendizagem na Formação em Arquitetura e Urbanismo   Ana Paula Campos Gurgel; Hiago Lacerda da Silva; Gabriel Elias Parente Barreto Oka & Matheus Rudo Antoniassi Pereira de Oliveira.....	1087
84   DA TEORIA À PRÁTICA NO ENSINO DO RESTAURO: A construção de maquetes como estratégia de aprendizado no curso de Arquitetura e Urbanismo   Giovanna Garcêz Freire & Taise Costa de Farias .....	1098
109   REALIDADE VIRTUAL E PROTOTIPAGEM 3D NO ENSINO DA ARQUITETURA HISTÓRICA: UMA ABORDAGEM IMERSIVA - Estudos de caso aplicados à arquitetura brasileira   Ana Paula Campos Gurgel & Thiago Alexandre dos Santos Antão .....	1108
111   ENSINO DE ARQUITETURA NA ERA DIGITAL: Análise das diretrizes curriculares nacionais brasileiras   Gabriel Elias Parente Barreto Oka & Ana Paula Gurgel .....	1121
127   TEMPO E SUTILEZAS NO ENSINO DE PROJETO - A mão, a matéria e o ambiente educativo   Luís António Jorge .....	1130

## JOÃO ANTÓNIO AGUIAR E O PROJECTO DA CIDADE EM CABO VERDE

### A. Gilberto Duarte Carlos & B. Sérgio Padrão Fernandes

- A. CIAUD-UPT - Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, pólo da Universidade Portucalense; Portugal. gilbertocarlos@upt.pt
- B. CIAUD - Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura; Universidade de Lisboa, Portugal. sergiopadrao@campus.ul.pt

### RESUMO

João António Aguiar destacou-se como um dos mais prolíficos arquitectos urbanistas portugueses do século XX, desenvolvendo uma vasta obra no contexto da reforma legislativa de 1934. Utilizou o Plano de Urbanização como instrumentos para intervir tanto em Portugal como nos territórios ultramarinos. Apesar da relevância, a sua obra permanece relativamente desconhecido, muitas vezes subordinada à figura de Duarte Pacheco e ao contexto ideológico da época. Este artigo propõe uma análise focada na composição urbana e no projeto da cidade, centrando-se no tema da transformação das estruturas urbanas litorais e em particular nas intervenções para as cidades dos dois principais portos de Cabo Verde.

Através de uma metodologia comparativa e interpretativa, são examinados os principais elementos de composição urbana dos seus planos, explorando também os desafios culturais e a adaptação de modelos europeus ao contexto africano. A vastidão e diversidade do legado urbanístico de Aguiar, bem como as transformações paradigmáticas ocorridas no período em estudo, requerem uma abordagem mais aprofundada sobre as questões do desenho da forma urbana e menos compilatória dos instrumentos de intervenção. Da mesma forma, a análise das transformações urbanísticas em Cabo Verde exige uma leitura diferenciada, considerando as múltiplas visões e estratégias aplicadas ao seu desenvolvimento. Este estudo contribui para uma maior clarificação desses aspetos, promovendo uma visão de síntese, para uma compreensão mais estruturada da influência deste arquitecto na produção urbanística em Cabo Verde.

**Palavras-chave (5):** Cabo Verde, João António Aguiar, Urbanismo, Planos de Urbanização, Forma Urbana.

**Eixo temático:** 4. Contaminações e transversalidades.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto Estratégico com a referência UID/04008: Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design.

Âmbos os autores participaram na realização do manuscrito final e no processo de revisão por pares.

## 1. Introdução

João António Aguiar destaca-se no século XX como o arquitecto urbanista português que desenvolveu a maior produção de planos de urbanização. Actualmente, no âmbito do projecto de investigação “ARCH/JAA”<sup>1</sup> estão identificados cerca de 260 planos, 146 concebidos para Portugal continental e para os arquipélagos dos Açores e Madeira (há época designadas como Ilhas adjacentes) e 111 para os territórios do ultramar.

Inserido no contexto da reforma legislativa de 1934, Aguiar utilizou o Plano de Urbanização como principal instrumento para formalizar as suas propostas. Entre 1940 e 1959, aproveitando o ímpeto ministerial de Duarte Pacheco e a consequente reestruturação institucional que visava outorgar uma dinâmica sistematizada ao desenvolvimento dos núcleos urbanos nacionais, iria participar ativamente em alguns dos processos de maior relevância (Milheiro, 2012). Este facto conferiu-lhe um papel fundamental na reflexão sobre transformação das principais cidades portuguesas, assumindo-se como uma referência incontornável na produção de planos para a grande maioria das capitais de distrito e sedes de município (Lôbo, 1995). Um dos maiores contributos deste arquitecto está associado à participação e direcção do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), mais tarde designado por Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU). O GUC foi um organismo técnico do Estado português criado em 1944 com o objetivo de planear e orientar o desenvolvimento urbano nas colónias portuguesas: Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Goa, Macau e Timor (Fernandes, 2016). Apesar da diferença de contextos e de meios locais, a sua equipa de técnicos procurou implementar de forma sistematizada as diretrizes estabelecidas na legislação de 1934, que instaurou a figura legal do Plano de Urbanização, e a adaptou aos territórios ultramarinos. Embora o Gabinete tenha tido uma missão demasiado ambiciosa, a ele se deve uma intensa produção de planos, tendo atingido o auge da sua atividade entre as décadas de 1940 e 1950, abrangendo colaborações de um número significativos de técnicos distintos (Fonte, 2012).

Num primeiro momento, de 1944 a 1951, o GUC esteve subordinado ao Ministério das Colónias, responsável pela gestão política dos territórios ultramarinos. A partir de 1951, acompanhando a reestruturação do Ministério e a sua redesignação para Ministério do Ultramar, este organismo passou a designar-se Gabinete de Urbanização do Ultramar. Após 1958, dentro da mesma tutela Ministerial, foi novamente renomeado para Direcção de Serviços de Urbanismo e Habitação da Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações (DSUH-DGOPC), embora sem grandes implicações na sua estrutura interna ou nas suas abordagens práticas (Fernandes, 2016). Em qualquer uma destas estruturas administrativas João Aguiar assegurou um papel central, na coerência e na continuidade da produção.

Até ao início da década de 1960, os planos eram elaborados pelo Gabinete; a partir desse período, passam a ser da responsabilidade dos gabinetes de urbanização locais e das Câmaras Municipais. O poder local começa então a contratar profissionais liberais qualificados, provenientes de Lisboa ou residentes nas colónias. O organismo vai perdendo influência de forma progressiva nos anos 70, acentuando-se na fase final do colonialismo português e até ao início do processo de independência dos territórios ultramarinos. Acresce a este contexto frágil e de profunda instabilidade a revisão geral do quadro de Legislação Urbana que desvinculou as cidades da necessidade da implementação dos Planos Gerais de Urbanização (Mendes et al. 2005). O fim oficial deste organismo ocorreu entre 1974 e 1976, com a integração de funções em organismos como o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento ou ministérios ligados ao ordenamento do território e cooperação.

Apesar da proeminência profissional de Aguiar, a sua actividade será marcada por uma relação tensa com as entidades estatais envolvidas e, particularmente com as administrações locais, que condenavam os recursos envolvidos no pragmatismo formal das suas propostas, sobretudo os esventramentos generalizados dos tecidos urbanos históricos; a implementação de infraestruturas viárias de grande capacidade; a formalização de Centros Cívicos, imponentes e monumentais que padronizavam as cidades à imagem dos valores do

---

<sup>1</sup> Projecto de investigação financiado no âmbito do concurso “projectos embrião” do CIAUD – Centro de investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design.

regime, assim como a segregação social implícita na sua distribuição programática. (Lôbo, 1995). De acordo com Mário de Azevedo (em entrevista concedida aos autores em 2004), autor do Plano Director de Lourenço Marques de 1967-69, serão porventura estes princípios de projeto que levam à maior recetibilidade das suas propostas nas Províncias Ultramarinas. Num território muito alargado, com muita área urbana por consolidar, de gestão populacional difícil e bastante dependente das conexões marítimas, as premissas do léxico formal dos planos de João Aguiar promoviam uma implementação quase expedita das infraestruturas, controlavam a densificação urbana apoiada nos grandes equipamentos e serviços e, em simultâneo, reforçavam a imagem da cidade de matriz portuguesa, remanescente da sua ligação à metrópole (Fig. 01) (Aguiar, 1952).



*Fig. 01- Cais das Colunas, Lisboa (1960-1980), fotografia de Artur Pastor.  
Fonte: Figueiredo & Corda, 2022. p.16*

João Aguiar enquanto coordenador do Gabinete de Urbanização Colonial, e um dos seus mais prolíferos técnicos, formula um conjunto de propostas onde é insinuada a referência a Lisboa, e em particular à Praça do Comércio, que é recorrentemente citada nos seus planos tanto como modelo urbano fundador e fundamental das estruturas urbanas ribeirinhas, mas também na monumentalizando da frente-mar dos núcleos existentes (Fig. 02), recuperando o conceito da porta-do-mar ou da praça-cais como elemento iconográfico da imagem da cidade de tradição portuguesa (Silveira, 1956). (Fig. 01 e Fig. 02)

A sua obra, presumivelmente devido à extensão e dispersão do seu espólio (Lôbo, 1995), tem sido maioritariamente interpretada através de uma abordagem monográfica e historiográfica (Milheiro, 2012), com raras exceções, relacionada com a especificidade da produção de períodos históricos ou da evolução de determinados contextos geográficos (Morais, 2001 e 2015). O seu legado urbanístico, bem como as transformações paradigmáticas ocorridas no período em estudo, requerem uma abordagem mais aprofundada sobre as questões do desenho da forma urbana e menos compilatória dos instrumentos de intervenção. Este artigo realiza uma leitura das suas propostas, identificando em particular o seu entendimento geral da Cidade Ribeirinha (Caetano, 2004) – enquanto modelo, as prioridades técnicas vigentes – enquanto problemática, os seus recursos compositivos e formais – enquanto solução; e a sua adaptação específica ao contexto particular de Cabo Verde.

Estuda-se, portanto, a transferência de um modelo urbano de matriz europeia, com raízes na tradição mediterrânea, em territórios coloniais de geografias e climas contrastantes, como Díli, em Timor, ou a cidade da Praia, em Cabo Verde (Fernandes, 2000; Fernandes & Silva, 2021). Procura-se compreender como João Aguiar adapta esse modelo a contextos periféricos, nomeadamente as contaminações e transferências tipológicas dentro da rede urbana do império ultramarino português, marcada por uma grande fragmentação e diversidade cultural.



*Fig. 02 - Desenho da chegada a Lisboa pelo Tejo, Filippo Juvarra.  
Fonte: Baixa Pombalina, 2004. p.16*

## 2. Métodos e Materiais

O artigo foi desenvolvido utilizando análise documental, consultando os Esbocetos, Anteplos e Planos Gerais de Urbanização propostos por João Aguiar. A análise qualitativa decorreu essencialmente da observação das peças gráficas, destacando-se as plantas à escala 1:2000 e as memórias descritivas, sempre que estas se encontram disponíveis. Complementarmente, foram consultadas descrições históricas, gráficas e escritas, assim como fotografias aéreas e imagens de satélite.

O desenvolvimento do estudo é composto por duas partes, relacionadas com a relação das cidades utilizadas como casos de estudo e como estudo de caso.

A primeira parte do estudo é desenvolvida a partir da construção de um quadro referencial para a doutrina conceptual e técnica de João Aguiar, acompanhando o desenvolvimento de planos para determinadas cidades ribeirinhas, seleccionadas de forma a estabelecer um encadeamento cronológico e geográfico de consolidação coerente, que permita estabelecer algumas hipóteses na sua formulação de cidade nos territórios insulares de Cabo Verde. Consideraram-se os planos de urbanização para as seguintes cidades: Ponta Delgada (1944-1946), Luanda (1945-1946, plano revisto em 1952), Díli (1948-1951) e Lourenço Marques (1952-1956) (Fig. 03).

A segunda parte do artigo apresenta a leitura das propostas desenvolvidas por João Aguiar para a cidade da Praia e para o Mindelo, estabelecendo uma análise em paralelo e mais detalhada sobre as duas maiores cidades de Cabo Verde. Estes Esbocetos foram elaborados no âmbito da DSUH-DGOPC praticamente em simultâneo, entre 1957 e 1959.

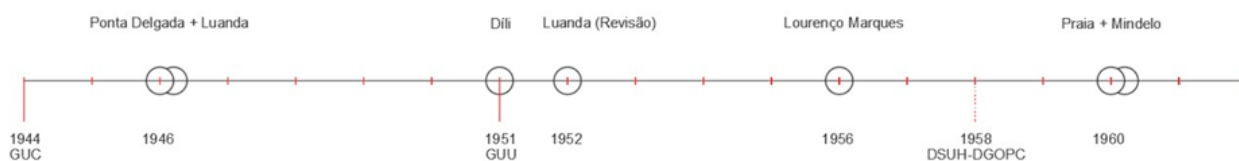


Fig. 03- Diagrama cronológico dos Casos de Estudo.  
Criação própria

As fontes consultadas foram essencialmente arquivos municipais e o espólio do projecto de investigação "Urbanismo Colonial, Os Planos de Urbanização das Antigas Províncias Ultramarinas: 1934-1974", (FCT ref: POCTI/AUR/42710/2001), desenvolvido entre 2004 e 2007 na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa (FA.U.Lisboa) e coordenado pela professora Maria Clara Mendes.

O material analisado foi ainda complementado com uma série de elementos, descobertos mais recentemente e que têm sido disponibilizados através de teses de doutoramento (Malheiro, 2018) e de espólios individuais. Neste âmbito deve destacar-se os recursos disponibilizados pela arquitecta Joana Bastos Malheiro e pelo grupo de investigação ARCH/VES, na FA.U.Lisboa, cujo trabalho em curso tem como objectivo mapear, preservar e disseminar os espólios de arquitectos portugueses entre os quais se encontra João Aguiar.

Igualmente pertinente foi a consulta do enquadramento legal dos planos gerais de Urbanização e da constituição dos respetivos organismos responsáveis pelo seu desenvolvimento ou aprovação (Decreto-Lei 24 802, de 21 de Dezembro de 1934).

### 3. Experimentação e consolidação de uma ideia de cidade no percurso de João António Aguiar

#### 3.1 O projecto da cidade ribeirinha e a invenção da avenida marginal



Fig. 04 - A baía das cidades de Ponta Delgada, Luanda, Dili e Maputo (Lourenço Marques)  
Criação própria

João Aguiar iniciou a sua carreira profissional, ingressando na Câmara Municipal de Lisboa em 1923. Aos 19 anos assumiu funções como desenhador, tendo sido promovido a arquiteto urbanista municipal muito rapidamente (AML-AC). Com 38 anos, aquando da criação do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), detinha um currículo notável e experiência institucional, o que legitimou a sua nomeação como coordenador do organismo (Lôbo, 1995).

O período entre se inicia em 1944 é marcado simultaneamente pela elaboração do plano de urbanização de Ponta Delgada e pela criação do GUC, estabelecendo a ligação direta de Aguiar à reflexão sobre a cidade marítima portuguesa. O confronto inicial com as estruturas urbanas ribeirinhas ocorre no âmbito da sua actividade prática na missão que realiza em 1945 às antigas províncias ultramarinas, viagem que coincide com o pedido de exoneração do seu cargo em Lisboa. Esta experiência, documentada em relatórios técnicos e escritos pessoais, revela-se decisiva no desenvolvimento da sua visão urbanística (Malheiro, 2019).

Entre os aspetos mais significativos destaca-se a percepção da cidade a partir da chegada por via marítima – o barco era o principal meio de acesso às cidades do império –, o que o motivou a pensar a reformulação das frentes de mar associada à modernização infraestrutural dos portos e a monumentalização dos eixos entre o cais/estação marítima e o centro cívico. Estes espaços públicos centrais passaram assim a assumir nos planos de Aguiar um papel quase cénico, icónico no primeiro contacto com a cidade, assumindo a baía como o suporte territorial estruturante das propostas de intervenção (Rodrigues, 1987).

Para esta reflexão seleccionamos planos que são representativos de dois grupos distintos de cidades capitais: Ponta Delgada e Dili são cidades de escala menor e de menor fluxo internacional, remetendo as propostas

para uma formalização mais contida, embora nem por isso prescindido de um certo aparato da sua imagem urbana. Luanda e Maputo (Lourenço Marques) são cidades de grande importância económica e de grande atividade internacional, que embora sob as mesmas premissas, são correspondentes em complexidade e dimensão. (Fig.04)

### 3.1.1 Ponta Delgada, Açores



Fig. 05 - Ante-Plano Geral de Urbanização de Ponta Delgada, 1946. João António Aguiar.  
Fonte: Malheiro, 2018. p.285. Espólio pessoal da arquitecta Joana Bastos Malheiro



Fig. 06- Fotografia da Marginal de Ponta Delgada, Fotografia de Nuno Soares.

A proposta de João Aguiar para cidade de Ponta Delgada (Fig.05) nos Açores foi a sua primeira experiência urbanística num território insular, tendo este plano antecipado algumas das estratégias que seriam depois aprofundadas e aplicadas em outras cidades marítimas do ultramar. A atuação simultânea de Aguiar entre prática liberal e serviço público era comum entre técnicos da época, que conciliavam encomendas privadas, municipais e estatais, como é diversas vezes explicado por por Simões de Carvalho, a partir da sua experiência em Luanda.

O plano de Ponta Delgada centra-se na reconfiguração da frente de mar através da criação de uma avenida marginal, que é também usualmente designada por avenida litoral. Este novo elemento urbano consolida áreas com ligações deficitárias e integra tecidos preexistentes – como o centro histórico e o porto – com novas expansões residenciais e edifícios públicos. A Marginal envolve o aterro e a regularização da costa, funcionando como um eixo unificador que redefine a imagem urbana da cidade (Dias Coelho, C. coord., 2018).

A escala dos edifícios propostos ao longo da Marginal introduz uma ruptura com a paisagem urbana anterior. Apesar da compatibilização geométrica entre o traçado novo e o tecido existente, o plano representa uma mudança profunda de paradigma. O espaço público é moldado segundo os princípios ideológicos do Estado Novo: modernidade nas infraestruturas, monumentalidade nos edifícios públicos e linguagem historicista nos elementos ornamentais (Fig.06).

Programaticamente, o plano organiza-se em dois sentidos: transversal ou ao longo da costa, e longitudinal, ou em direção ao interior do território. Transversalmente, o setor junto ao porto é destinado a usos industriais e serviços logísticos; a área central, mais densa, concentra os serviços públicos e a habitação coletiva; já o setor nascente configura-se como zona de expansão com baixa densidade, habitação unifamiliar e espaços verdes com função lúdica ou desportiva.

Longitudinalmente, identificam-se três áreas: a primeira, mais próxima da costa, desenha uma nova frente contínua de quarteirões que integram alguns pré-existentes; a segunda área é definida por quarteirões com maior densidade, revelando a coexistência entre estruturas anteriores e novas; uma terceira área, mais interior, corresponde à expansão periférica, de baixa densidade, onde predomina a habitação unifamiliar integrada em áreas ajardinadas e vias arborizadas. Apesar das referências à cidade-jardim nesta área, a rigidez do traçado e das ligações viárias contrasta com a organicidade típica desse modelo, revelando antes uma racionalidade planificada e adaptada à lógica urbana do Estado Novo.

### 3.1.2 Luanda, Angola



Fig. 07 - Plano Geral do Aproveitamento dos Terraplenos do Porto e Parte Marginal da Cidade de Luanda, 1942. Étienne de Groër e David Moreira da Silva.  
Fonte: espólio do projeto de investigação "Urbanismo Colonial" da Faculdade de Arquitectura da ULisboa



Fig. 08 - Plano Geral de Urbanização de Luanda, 1946. João António Aguiar.  
Fonte: Malheiro, 2018. p.545. Espólio pessoal da arquitecta Joana Bastos Malheiro

O plano de Luanda, desenvolvido em 1946, insere-se num contexto de forte crescimento demográfico e económico impulsionado, sobretudo, pela valorização da produção de café a partir da década de 1940 (Amaral, 2005). Esta dinâmica populacional e territorial motivou, ainda antes da criação GUC, a necessidade de dotar a capital angolana de um instrumento de ordenamento urbano adequado à nova escala e complexidade da cidade. Segundo Simões de Carvalho (entrevista aos autores, 2004), essa necessidade poderá mesmo ter estado na génese do próprio GUC.

A primeira resposta institucional surgiu em 1942, com a encomenda do primeiro Plano de Urbanização de Luanda a Étienne de Groër e David Moreira da Silva, que à data eram referência do urbanismo europeu. A proposta previa um desenvolvimento segmentado da frente urbana e introduzia a ideia de uma grande avenida marginal, apoiada sobre um vasto aterro, com o objetivo de regularizar a frente da baía e qualificar a sua imagem urbana (Fonte, 2012). (Fig.07)

O Plano Geral de Urbanização, elaborado por João Aguiar já no âmbito do GUC, representa uma revisão crítica do plano de 1942. Embora mantenha alguns dos seus princípios estruturantes, o novo plano propõe uma visão mais integrada da cidade e atribui um papel central à avenida marginal. Aguiar amplia significativamente o perfil da marginal, previsto no plano anterior, transformando-a num espaço monumental e estruturador da cidade, não apenas funcional, mas sobretudo simbólico. A marginal articula o núcleo fundacional com as zonas de expansão e com as áreas industriais, expandindo o espaço público ao longo da baía e preservando grande parte do tecido urbano pré-existente (Fig.08).

O plano demonstra uma abordagem sensível às especificidades locais, com especial atenção às transições urbanas e à integração paisagística da frente marítima. A marginal surge, assim, como o elemento-chave da proposta, condensando os princípios modernos de ordenamento e exprimindo a matriz compositiva de Aguiar. Mais do que uma simples via, constitui um gesto urbanístico de reconciliação entre cidade e água, reafirmando a baía como principal referência da forma desta cidade. O plano de Luanda confirma, portanto, a centralidade da avenida marginal no repertório projetual de Aguiar e a sua relevância como elemento de composição urbana, mas também como instrumento de modernização e representação do poder urbano no ultramar.

### 3.1.3 Dili, Timor-Leste



Fig.09 - Plano Geral de Urbanização de Dili, 1951. João António Aguiar.  
Fonte: espólio do projeto de investigação "Urbanismo Colonial" da Faculdade de Arquitectura da ULisboa

Díli, capital de Timor-Leste, localizava-se na província mais oriental do antigo império português, num contexto geográfico e político muito particular. Isolada entre arquipélagos indonésios e a costa Norte da Austrália, a cidade apresentava-se em meados do século XX com uma forma pouco definida, sem estruturas urbanas relevantes e com baixo desenvolvimento económico. (Cinatti, Almeida & Sousa, 1987)

Quando João Aguiar chega a Díli em 1946, encontra um território devastado, que refletia a ocupação japonesa durante a 2.ª Guerra, onde não se encontravam pré-existências significativas. Ainda assim, a localização estratégica e a baía abrigada justificaram a sua continuidade como capital – decisão ainda incerta na época, dada a precariedade do núcleo urbano.

O plano concebido em 1951, assumiu como principal objectivo a reconstrução de Díli de modo a conferir-lhe a monumentalidade digna de uma cidade, capital marítima. Apesar das boas condições de navegabilidade, Díli carecia de um porto funcional próximo ao centro administrativo. Os acessos principais realizavam-se pelo aeródromo periférico, conforme evidenciado no plano, ou por pequenos pontões, cais para as ligações à ilha de Ataúro. A ausência de uma estrutura portuária central contrastava, à data, com as outras capitais ultramarinas.

Tendo em conta o regime das monções, Aguiar incorpora a estabilização das ribeiras principais e o alinhamento dos arruamentos transversais à costa para garantir a drenagem natural. A avenida marginal é estruturada em torno de uma grande praça paralela à baía, articulando a Igreja, o Palácio do Governador e os serviços administrativos, simulando uma frente edificada sem encerramento formal.

A avenida marginal ajusta-se à forma litoral do território e assume um traçado sinuoso que contrasta com as ruas recta que são dominantes no traçado geometrizado do plano. A planura relativa do território permitiu a aplicação de um traçado extensivo e cadastralmente sistemático, orientado no eixo nascente-poente. O plano propõe parcelas alongadas, perpendiculares às vias, desenhadas para edifícios isolados, recusando o quarteirão compacto tradicional dominante nos restantes planos do GUC. Esta abordagem gera bolsas urbanas abertas, definidas pelos arruamentos circundantes. (Fig.09)

Ao contrário de outras cidades coloniais, em Díli foi o próprio plano que determinou a organização cadastral, em vez de o adaptar. O território foi dividido entre áreas residenciais privadas e reservas estatais, evidenciando uma ação fundadora e estruturante. Contudo, esta ausência de sistematização e registo cadastral ainda representava, em 2007, uma limitação grave ao desenvolvimento urbano, como documentado no Plano Diretor elaborado pelo GERTiL-FAUL (Mendes, 2004).

### 3.1.4 Lourenço Marques (Maputo), Moçambique



Fig. 10 - Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, Planta do Centro Cívico, 1956. João António Aguiar.  
Fonte: espólio do projeto de investigação "Urbanismo Colonial" da Faculdade de Arquitectura da ULisboa



Fig. 11 - Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, perspetiva do centro Cívico, 1956. João António Aguiar.  
Fonte: espólio do projeto de investigação "Urbanismo Colonial" da Faculdade de Arquitectura da ULisboa

O Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, atual Maputo, constituiu o processo mais extenso e detalhado de entre todos os planos desenvolvidos por João Aguiar para as cidades marítimas. A memória do plano reconhece a importância estratégica da capital de Moçambique, cuja localização privilegiada no sul do território – próxima da África do Sul e ligada ao “hinterland” africano – conferia-lhe um papel central no escoamento de matérias-primas para o comércio internacional (Mendes et al., 2005) (Fig.10).

O ambiente cosmopolita e multicultural da cidade era amplamente valorizado, sendo apontado como um dos melhores exemplos de gestão portuguesa no ultramar (Morais, 2001). Tal como em Luanda, a dimensão e o potencial de crescimento urbano exigiram a divisão do plano em setores distintos, formalmente definidos, mas interdependentes (Fonte, 2012).

A proposta de Aguiar concentrou-se em quatro eixos principais: resolver a diferença altimétrica entre a Baixa e a Alta da cidade; integrar grandes propriedades privadas na malha urbana; expandir o tecido para além do núcleo em betão e prolongá-lo para leste, ao longo da costa oceânica. As duas primeiras questões – técnicas e burocraticamente complexas – condicionariam o crescimento urbano durante décadas.

A cidade apresentava uma estrutura dual, com áreas portuárias e ferroviárias na baixa e ocupação residencial no promontório. Para articular estas áreas, Aguiar propôs a ocupação dos terrenos concessionados a companhias com forte influência política (Mendes, 2005), e a criação de um novo centro cívico sobre o baixio pantanoso, na transição altimétrica entre o promontório e a costa.

A avenida marginal surge como elemento estruturante: consolida os aterros, redefine a frente-mar com um paredão artificial, liga o porto a um segundo centro cívico a leste (via uma faixa costeira de 6 km) e organiza a transição entre o espaço público e as infraestruturas pesadas. A avenida litoral inclui uma praça marginal perpendicular ao núcleo urbano, funcionando como limite e elemento articulador (Fig.11).

O centro do plano é uma praça monumental que reinterpreta o imaginário da porta-do-mar. É caracterizada por um jardim formal articulado com edifícios públicos que marcam simbolicamente o limite/ transição da cidade com o Estuário do Espírito Santo.

### 3.2 O contexto particular de Cabo Verde



Fig. 12- A baía das cidades da Praia e do Mindelo, em Cabo Verde.  
Criação própria

Os processos relativos a Cabo Verde surgem na reta final da preponderância do GUU e na alteração do ímpeto produtivo do próprio João Aguiar (Milheiro, 2012). Quer a Praia, quer o Mindelo, apesar das diferenças geográficas, topográficas e administrativas foram abordadas, tal como se observa nos esboços realizados,

sob uma perspetiva análoga. Se, no caso da Praia a configuração foi profundamente condicionada pelo relevo, que define a constituição de tecidos independentes, a realidade é que no caso do Mindelo, apesar da menor restrição física, o plano determinou uma contenção urbana, determinando o desenvolvimento de um núcleo de uma escala muito aproximada à capital do arquipélago (Fernandes, 2016).

Pode-se apontar também sobre a intenção de corroborar um certo equilíbrio regional, entre a vocação administrativa da Ilha de Santiago e o reconhecimento do potencial cultural e comercial da Ilha de S. Vicente. O tema é afluído nas correspondentes peças escritas dos planos e a estratégia acabou por se confirmar nos tempos decorrentes.

### 3.2.1 Cidade da Praia



Fig. 13 - Esboço da Urbanização da Cidade da Praia, 1957-59. João António Aguiar.  
Fonte: Arch/ves FA.U.Lisboa e espólio pessoal da arquitecta Joana Bastos Malheiro.

A situação da cidade da Praia parte de um pressuposto topográfico muito singular, caracterizado por pequenos planaltos separados por acentuados talvegues. A apropriação progressiva da ilha com a ocupação preferencial dos planaltos, as achadas, contribui para fragmentação da Cidade em núcleos isolados. Neste caso específico, ao contrário das congéneres africanas onde a indústria constitui um condicionante pré-existente, é o próprio plano que determina a sua localização como estímulo programático do território.

João Aguiar estabelece a marginal como o elemento de conexão entre os planaltos que encabeçam os extremos da baía a Sul da Ilha. Todavia, a existência de um centro histórico já consolidado no planalto localizado a Norte da baía, no denominado "Plateau", assim como os menores recursos desta província inviabilizam a constituição de um centro cívico com a dimensão e monumentalidade de outras cidades (Fig.13).

A exiguidade do talvegue para onde foi proposta a localização da praça-cais não permitiu nem a dotação de infraestruturas, nem de serviços que se observam em outras propostas de Aguiar para outras realidades.

No entanto, mesmo numa escala mais modesta, segue uma matriz estrutural idêntica. No centro da faixa litoral, aproveitando a localização do antigo edifício da alfândega, foi proposta uma praça longitudinal que se abria à baía e ao areal da praia da Gamboa.

A reestruturação da cidade da Praia a partir da relação com a frente ribeirinha e a preocupação latente com o acesso aos planaltos levou a que no Esboceto se apresentassem soluções alternativas para a ligação do núcleo fundacional da cidade, no plateau, com a praia.

### 3.2.2 Mindelo



*Fig. 14 - Esboceto da Urbanização da Cidade do Mindelo, 1957-59. João António Aguiar.  
Fonte: ARCH/VES da FA.U LISboa e espólio pessoal da arquitecta Joana Bastos Malheiro.*

Desenvolvida numa vertente suave orientado à baía onde irropem pontualmente elevações abruptas, o núcleo fundacional da cidade desenvolveu-se de entre o século XIX e XX de forma mais regular, seguindo uma matriz ortogonal de ruas. Durante este período a frente ribeirinha foi generalizadamente ocupada pelas industrias carvoeiras de abastecimento dos navios que cruzavam o Atlântico Sul.

Com o objectivo de adequar e modernizar o Mindelo à sua recente condição de principal porto do arquipélago João Aguiar apresentou uma transformação radical da frente ribeirinha que procurou dotar a cidade de funções administrativas e de uma nova imagem que permitisse um posicionamento análogo com as congéneres cidades marítimas.

No Esboceto para a cidade do Mindelo foi proposto uma nova avenida litoral que se se deveria assumir como espaço urbano de referência do traçado da cidade. Este elementos permitia a consolidação do alargamento do núcleo da cidade sobre a costa, criando assim a possibilidade de ligação aos dois extremos da baía, condicionada a Sul pela área industrial Millers que estabelecia o limite Sul da cidade, e a Norte pelo promontório

natural, cuja avenida iria contornar junto ao mar, na sua cota mais baixa, para se prolongar como uma estrada litoral e ligar a Zona Central da cidade à Zona Portuária e Industrial. (Fig.14).

O estudo assume também a confrontação com o recinto militar existente a Norte, que ocupa uma porção significativa do núcleo existente, que condicionava o prolongamento do traçado da cidade nesta orientação e fomentava a expansão residencial no extremo oposto. Esta bipolaridade foi de alguma forma compensada no plano pela proposta de localização dos grandes equipamentos de ensino e pelo complexo desportivo adjacente, inserido no âmbito de um parque urbano, como era característico dos planos deste período em particular nas propostas de Aguiar.

A nova avenida marginal era claramente rematada por duas praças rectangulares, de desenvolvimento perpendicular à margem, uma articulada com o Hotel e outra com a localização do Posto da Polícia, que delimitavam, a Norte e a Sul, o tramo mais urbano deste passeio público. Neste eixo, que foi delineado para receber alguns dos espaços urbanos mais representativos da cidade localizava-se a também a praça-cais, que aproveitava a estrutura de uma antiga plataforma do cais da Alfândega, com qual apresentava uma correspondência parcial, e assumia-se como principal elemento simbólico da frente ribeirinha onde se erguia um monumento de Diogo Afonso.

#### **4. Sistematização e discussão**

A produção urbanística de João Aguiar entre 1944 e 1959 revela uma abordagem sistemática e coerente na conceção de cidades costeiras, orientada por princípios morfológicos adaptados às realidades geográficas, sociais e políticas do Império Português. Os seus planos para Ponta Delgada, Luanda, Díli, Lourenço Marques, bem como para as cidades cabo-verdianas da Praia e do Mindelo, partilham uma matriz conceptual centrada na relação entre a cidade e o mar, estruturando-se a partir da ideia de “cidade porto”. A zona ribeirinha assume aqui um papel fundamental, funcionando como interface simbólica e funcional entre a frente marítima e a malha urbana, com valorização da monumentalidade dos espaços públicos de receção.

A intervenção sobre a linha de costa assenta frequentemente em operações de aterro, que regularizam a topografia e criam novas plataformas urbanas. Em Ponta Delgada, isso permite a integração entre porto, centro histórico e expansão residencial. Já no plano de Lourenço Marques, o aterro viabiliza um novo centro cívico, articulando diferentes cotas urbanas. Em todas estas intervenções, a avenida marginal emerge como um elemento estruturador e de remate da cidade, funcionando não apenas como via de circulação, mas como gesto de unificação visual e funcional do território marítimo, com expressão mais extensiva em Lourenço Marques e mais contida nas cidades cabo-verdianas, por força das limitações topográficas.

A praça-cais, enquanto espaço de transição entre o porto e o tecido urbano, assume um papel simbólico e cerimonial constante nos planos de Aguiar. Enquadrada por edifícios institucionais, esta estrutura organiza a entrada da cidade a partir do mar, como se verifica em Díli e no Mindelo, sendo esta última marcada por uma clara divisão urbana entre Norte e Sul. Outra característica recorrente é a abertura de avenidas perpendiculares à costa, procurando articular o passeio marginal com o interior do traçado urbano e permitindo o desenvolvimento de novos bairros habitacionais.

Os planos evidenciam também uma clara compartimentação funcional da cidade, com setores distintos para habitação, indústria e administração. A hierarquização viária e a articulação entre zonas portuárias e industriais garantem a fluidez dos fluxos e a eficácia do uso do solo. Em Cabo Verde, embora com menor escala e recursos, esta lógica é reinterpretada: na cidade da Praia, os acidentes geográficos impuseram uma maior fragmentação, enquanto no Mindelo se destaca uma organização funcional mais clara e integrada.

Aguiar aplica ainda princípios da cidade-jardim nas periferias urbanas, promovendo bairros de baixa densidade e arruamentos arborizados. Em Ponta Delgada e Lourenço Marques, estes tecidos urbanos localizam-se habitualmente nas áreas de transição entre cidade e a sua envolvente. Em Cabo Verde, tais ideias são adaptadas aos planaltos da Praia e às condicionantes militares e industriais de Mindelo, que impõem uma

expansão residencial assimétrica. Apesar de inscrita num contexto colonial e ideologicamente limitado, a proposta de integração da população autóctone aparece nas estratégias de habitação de baixa densidade, ainda que marcada por hierarquias espaciais e sociais.

## 6. Considerações Finais

Neste artigo estuda-se a transferência de um modelo urbano de matriz europeia, com raízes na tradição mediterrânea, em territórios coloniais de geografias e climas contrastantes, como Díli ou a cidade da Praia (Fernandes, 2000; Fernandes & Silva, 2021). Procura-se compreender como João Aguiar adapta esse modelo a contextos periféricos, integrando-os na rede urbana de matriz marítima, que caracterizava o império ultramarino português, e que pode ser entendido como um arquipélago territorial à escala global, marcada pela fragmentação e diversidade cultural.

Os planos de João Aguiar demonstram uma notável coerência metodológica e uma forte adaptação às especificidades locais, refletindo uma visão urbanística moderna, ainda que enquadrada pelas exigências do regime colonial. A sistematização das suas propostas permite identificar um vocabulário urbano próprio, onde os elementos da cidade portuária – avenida marginal, porta-do-mar e praça-cais – se articulam para construir uma imagem de cidade moderna, funcional e monumental. Estes elementos de composição urbana permanecem, ainda hoje, como elemento estruturante das cidades em questão.

João Aguiar, embora resistindo às correntes urbanas contemporâneas, reconheceu e incorporou a avenida marginal como novo elemento de composição urbana na cidade do século XX. Utilizou-a como elemento fundamental na formulação de uma proposta de um modelo teórico de cidade marítima, reajustando-a, por um lado, à definição de uma nova imagem urbana e, por outro lado, diluiu, sem formalização de remate, as suas extremidades nas comunicações pré-existentes, enraizando-a assim num contexto humano e geográfico.

A implementação da avenida marginal baseava-se em três princípios: a redefinição da frente-mar, a acomodação e modernização das infraestruturas portuárias e a monumentalização do espaço público; que pressupunha a combinação dos seguintes elementos: porta-do-mar, praça-cais, edifícios públicos representativos e simbólicos.

As principais premissas aplicadas por João Aguiar nas cidades de Cabo Verde, Praia e Mindelo, refletiram uma adaptação cuidadosa às condições topográficas e socioeconómicas locais, destacando-se a valorização de um espaço urbano / interface entre o núcleo urbano e a infraestrutura portuária

Aguiar transferiu o modelo teórico da cidade marítima, com contenção formal, mas rigor técnico. Recorreu à avenida marginal para formular uma ideia de cidade estruturada a partir de um elemento de composição que contorna obstáculos naturais, consolidando a linha de costa como espaço urbano para utilização pública. Propôs que o tecido urbano resultasse da colagem adaptativa de fragmentos e que a linha de costa se transformasse num eixo integrador entre cidade e paisagem. Estas ideias fundadoras nestes planos, radicam na leitura dos elementos naturais – vales, promontórios, planaltos – e são orientadas por uma pragmática lógica funcional, que responde a limitações físicas e programáticas.

No arquipélago de Cabo Verde é possível entender que João Aguiar foi herdeiro do pragmatismo do urbanismo de tradição portuguesa. As suas propostas revelam uma atitude atenta ao contexto, mais modesta nos recursos que convoca e sem inovar a monumentalidade típica dos planos para as outras capitais ultramarinas. Contudo, os esboços que concebeu são igualmente objectivos, focando-se na sustentabilidade territorial e social. Por isso, as praças-cais ou mesmo os parques desportivos, são assumidos como lugares públicos e colectivos estratégicos que ao criar pontos de convergência urbana contrariam a dispersão espacial e reforçam a identidade local.

A leitura dos planos de Aguiar, a partir do ponto de vista da avenida marginal, e do seu papel transformador das cidades, para além de inspiradora permite enquadrar uma discussão mais alargada sobre os desafios actuais das cidades portuárias, tanto no mundo como em Cabo Verde. Quando observamos hoje as duas principais cidades deste território e o seu tecido urbano, e quando questionamos o papel da avenida marginal em cada uma destes contextos, é possível constatar que nas propostas de João Aguiar se procurou reinventar a cidade na sua continuidade histórica e cultural a partir da reinvenção de uma nova relação do espaço urbano com a água.

No Mindelo, as ideias de Aguiar foram conseqüentes e a avenida marginal transformou-se indiscutivelmente no coração da cidade, na cidade da Praia este ímpeto nunca se conseguiu concretizar verdadeiramente. Continua um projecto em aberto e a avenida marginal continua a ser uma mera via automóvel, para circulação rápida, entre as achadas.

## 7. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

### 7.1 Obra completa

AGUIAR, J. (1952). L'Habitation dans les pays tropicaux, Lisbonne: XXIe Congrès, Federation Internationale de l'Habitation et de l'Urbanisme.

AMARAL, I. (2005). Apontamentos sobre Luanda: Uma capital colonial imperfeita In Cidades africanas - Ur cadernos da faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, n. 5, maio. pp.48-55.

*Arquivo Municipal de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Processo individual n.º 322.

CAETANO, C. (2004) A Ribeira de Lisboa na Época da Expansão Portuguesa (séculos XV a XVIII). Lisboa: Pandora.

CINATTI, R, ALMEIDA, L. & SOUSA, M. (1987) Arquitectura Timorense. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. Museu de Etnologia.

DIAS COELHO, C. & LAMAS, J., coord. (2007). A Praça em Portugal. Continente – Inventário de Espaço Público, 3 volumes, Lisboa: FAUTL e DGOTDU.

DIAS COELHO, C. coord. (2015). Os Elementos Urbanos. Lisboa: Argumentum.

DIAS COELHO, C. coord. (2018). O Tempo e Forma. Lisboa: Argumentum.

FERNANDES, S. (2016). Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização. Cabo Verde 1934-1974. Lisboa: Argumentum.

FERNANDES, S. & FONTE, M. (2021) Urbanismos de Influência Portuguesa. UCCLA/FAULisboa, Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional – CML

FERNANDES, J. M. (2000). Arquitectura Portuguesa: uma síntese. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

FERREIRA, A. F. (2008). Obras Públicas em Moçambique – inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

FIGUEIREDO, Paula; Corda, Isabel (Coord.) (2022). Portugal País de Contrastes. Lisboa: CML.

FONTE, M. (2012). Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à Revolução. Lisboa: Caleidoscópico

LÔBO, M. S. (1995). Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco. Porto: FAUP e DGOTDU.

MALHEIRO, J. B. (2018). A cidade no estado novo: O desenho urbano na obra de João António de Aguiar. Tese de doutoramento. Lisboa: FAUL.

Mário de Azevedo, (em entrevista concedida aos autores em 2004) Projeto de Investigação Científica: Urbanismo Colonial: Os Planos de Urbanização das Antigas Províncias Ultramarinas, 1934-1974. FCT 2002-2007. FAUL.

MENDES, M.C. (2007). Urbanismo Colonial. Os planos de urbanização nas antigas províncias ultramarina, 1934-1974. Lisboa: FAUTL/FCT. (relatório final do projecto de investigação)

MORAIS, J. (2001) Maputo, Património da Estrutura e Forma Urbana, Topologia do Lugar. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte.

MORAIS, J. (2015). Arquitectura Moderna Tropical – Uma lição sobre a construção da África Lusófona. Lisboa, Portugal: Caleidoscópio.

SILVEIRA, L. (1956). Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar. Lisboa: Ministério do Ultramar/ Junta de Investigações do Ultramar.

## **7.2. Revistas**

Baixa Pombalina, Monumentos 21, setembro 2004

FERNANDES, S.; SILVA, J. M. (2021) "Portas de Mar". Atlântida – Revista de Cultura 2021 Utopias/Distopias, LXVI: 59-68

MENDES, M. C., DIAS COELHO, C., CARNEIRO, L., FONTE, M. FERNANDES, S., RIZZONE, A., PROENÇA, S. & CARLOS, G. (2005). Os planos urbanísticos no contexto Africano: a experiência portuguesa In Cidades africanas - Ur cadernos da faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, n. 5, maio. pp.40-47

MENDES, M. C. (2004). Timor Leste, a mais jovem nação do mundo In Timor Leste - Ar Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, n. 3, janeiro. pp.06-09

MILHEIRO, A. V. (2012). O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, vol. 4, n. 2, Paraná: Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

RODRIGUES, M. J. M. (1987). Fundamentos da Teoria do Urbanismo Colonial Português In Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes, pp.165-175.